

MARÇAL JUSTEN FILHO
CESAR A. GUIMARÃES PEREIRA

Coordenadores

DOAÇÃO DE JUSTEN,
PEREIRA, OLIVEIRA E TALAMINI
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)

COMENTÁRIOS À LEI Nº 12.462 E AO DECRETO Nº 7.581

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte



2013

© 2013 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

| | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Adilson Abreu Dallari | Flávio Henrique Unes Pereira |
| Alécia Paolucci Nogueira Bicalho | Florianio de Azevedo Marques Neto |
| Alexandre Coutinho Pagliarini | Gustavo Justino de Oliveira |
| André Ramos Tavares | Inês Virgínia Prado Soares |
| Carlos Ayres Britto | Jorge Ulisses Jacoby Fernandes |
| Carlos Mário da Silva Velloso | Juarez Freitas |
| Cármen Lúcia Antunes Rocha | Luciano Ferraz |
| Cesar Augusto Guimarães Pereira | Lúcio Delfino |
| Clovis Beznos | Marcia Carla Pereira Ribeiro |
| Cristiana Fortini | Márcio Cammarosano |
| Dinorá Adelaide Musetti Grotti | Maria Sylvia Zanella Di Pietro |
| Diogo de Figueiredo Moreira Neto | Ney José de Freitas |
| Egon Bockmann Moreira | Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho |
| Emerson Gabardo | Paulo Modesto |
| Fabício Motta | Romeu Felipe Bacellar Filho |
| Fernando Rossi | Sérgio Guerra |



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Revisão: Marcelo Belico

Bibliotecário(a): Izabel Antonina A. Miranda – CRB 2904 – 6ª Região

Indexação: Fernanda de Paula Moreira – CRB 2629 – 6ª Região

Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º/16º andares – Funcionários – CEP 30130-007

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

R335 O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): Comentários à Lei nº 12.462 e ao Decreto nº 7.581 / Coordenadores: Marçal Justen Filho; Cesar A. Guimarães Pereira. – 2ª edição revista, ampliada e atualizada. – Belo Horizonte: Fórum, 2013.

505 p.

ISBN 978-85-7700-698-4

1. Direito administrativo. 2. Licitações. 3. Contratos administrativos. 4. Copa do Mundo FIFA 2014. 5. Olimpíadas Rio 2016. I. Justen Filho, Marçal; II. Pereira, Cesar A. Guimarães.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JUSTEN FILHO, Marçal; PEREIRA, Cesar A. Guimarães (Coord.). *O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): Comentários à Lei nº 12.462 e ao Decreto nº 7.581. 2. ed. rev., ampl. e atual.* Belo Horizonte: Fórum, 2013. 505 p. ISBN 978-85-7700-698-4.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| NOTA DA SEGUNDA EDIÇÃO | 23 |
| APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO | 25 |
| SOBRE OS AUTORES..... | 27 |
| | |
| UMA VISÃO GERAL SOBRE O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: OBJETO, OBJETIVOS, DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES | |
| Ricardo Barretto de Andrade, Vitor Lanza Veloso | 31 |
| 1 Considerações iniciais | 31 |
| 2 O objeto e âmbito de incidência do RDC na concepção original da Lei nº 12.462 | 32 |
| 3 As sucessivas ampliações do âmbito de aplicação do RDC | 35 |
| 4 O princípio da eficiência como norte para os objetivos e diretrizes do RDC | 36 |
| 5 Os termos e definições para aplicação do RDC..... | 40 |
| 6 Disposições finais da Lei nº 12.462 | 45 |
| 6,1 A regulamentação do RDC..... | 45 |
| 6.2 As normas de direito financeiro aplicáveis às contratações no âmbito do RDC..... | 46 |
| 7 Conclusões | 47 |
| | |
| AS DIRETRIZES PARA AS LICITAÇÕES E CONTRATOS REALIZADOS EM CONFORMIDADE COM O RDC | |
| Mayara Ruski Augusto Sá..... | 49 |
| 1 Introdução..... | 49 |
| 2 A padronização do objeto da contratação | 50 |
| 3 Padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos..... | 52 |
| 4 Busca pela maior vantagem para a Administração Pública | 53 |
| 5 Condições de aquisição, de seguros e de pagamento compatíveis com as do setor privado | 53 |
| 6 Utilização preferencial de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas do local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra..... | 54 |
| 7 Possibilidade de parcelamento do objeto visando à ampla participação de licitantes, sem perda de economia de escala | 54 |
| 7.1 A possibilidade de contratação simultânea para a execução dos serviços licitados..... | 57 |
| 7.2 Peculiaridade da dispensa de publicação do instrumento convocatório na imprensa oficial e a sua aplicação aos casos de fracionamento do objeto | 60 |

A FASE INTERNA E O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Henrique Guerreiro de Carvalho Maia, Mônica Bandeira de Mello Lefèvre | 61 |
| 1 | Considerações iniciais.....61 |
| 2 | A fase interna da licitação.....61 |
| 3 | Atos preparatórios a serem praticados na fase interna das licitações relativas ao RDC62 |
| 3.1 | O termo de referência.....64 |
| 3.2 | Algumas ponderações sobre o termo de referência64 |
| 3.3 | A previsão de requisitos de sustentabilidade ambiental.....65 |
| 4 | A importância do instrumento convocatório.....68 |
| 5 | Os elementos do edital (art. 8º do Decreto nº 7.581).....69 |
| 5.1 | A precisa definição do objeto licitado e a vedação a exigências desnecessárias69 |
| 5.2 | Regras acerca do procedimento a ser seguido no curso do certame.....71 |
| 5.3 | Condições de participação72 |
| 5.4 | Prazos e condições atinentes ao recebimento da prestação contratada.....73 |
| 5.5 | Condições de pagamento74 |
| 5.6 | Exigência de garantias e seguros.....74 |
| 5.7 | Sanções75 |
| 5.8 | Outras indicações.....75 |
| 5.9 | Anexos.....76 |
| 5.10 | Exigências específicas para as obras ou serviços de engenharia76 |
| 5.11 | O instrumento convocatório e as previsões orçamentárias (art. 9º do Decreto nº 7.581)78 |
| 6 | Conclusões.....78 |

O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: A QUESTÃO DA PUBLICIDADE DO ORÇAMENTO ESTIMADO

| | |
|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| André Guskow Cardoso | 79 |
| 1 | Introdução.....79 |
| 2 | O conteúdo do art. 6º da Lei nº 12.462.....80 |
| 3 | Uma ressalva necessária: a distinção entre a elaboração do orçamento e a sua divulgação80 |
| 4 | A clara distinção em face do regime da Lei nº 8.666.....82 |
| 5 | O regime da divulgação do orçamento estimado no pregão83 |
| 6 | O exame da compatibilidade da regra do art. 6º da Lei nº 12.462 com a Constituição ...86 |
| 6.1 | O questionamento da constitucionalidade da Lei nº 12.462 perante o Supremo Tribunal Federal.....86 |
| 6.2 | O regime constitucional da licitação e os princípios que regem a atuação estatal87 |
| 6.3 | A transparência como imposição constitucional à atuação do Estado87 |
| 6.4 | A transparência como decorrência do princípio republicano.....88 |
| 6.5 | Limites à exigência de transparência na atuação estatal.....89 |
| 6.6 | A necessidade de ponderação de princípios consagrados pela Constituição.....90 |
| 6.7 | A inexistência de regra constitucional que obrigue a divulgação do orçamento estimado juntamente com o edital91 |
| 6.8 | Os objetivos perseguidos com a regra de divulgação diferida do orçamento estimado prevista na legislação do RDC.....92 |

| | | |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.9 | A constitucionalidade do diferimento da publicidade do orçamento estimado..... | 94 |
| 6.10 | O entendimento do TCU a respeito das licitações promovidas pela Petrobras | 96 |
| 6.11 | O entendimento do Tribunal de Contas da União, considerada a regra do RDC..... | 98 |
| 6.12 | Os riscos derivados..... | 99 |
| 7 | Outros questionamentos derivados da regra do art. 6º da Lei nº 12.462..... | 101 |
| 7.1 | A desclassificação das propostas acima do orçamento estimado..... | 101 |
| 7.2 | A equiparação do orçamento estimado ao valor máximo admitido pela Administração..... | 102 |
| 7.3 | A necessidade de ampla motivação, no caso de desclassificação de proposta acima do orçamento estimado | 103 |
| 7.4 | A necessidade de flexibilização do exame a respeito dos preços unitários propostos pelos licitantes..... | 104 |
| 7.5 | O momento efetivo de divulgação do orçamento estimado | 107 |
| 8 | Considerações conclusivas | 108 |

A INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | | |
|--------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----|
| Alan Garcia Troib | | 111 |
| 1 | Introdução..... | 111 |
| 2 | A redação do art. 7º, I, da Lei nº 12.462 | 111 |
| 2.1 | A indicação de marcas ou modelos para a aquisição de bens..... | 112 |
| 2.2 | A indicação de marcas ou modelos para obras e serviços..... | 112 |
| 3 | Princípios aplicáveis ao RDC..... | 113 |
| 3.1 | Padronização | 114 |
| 3.2 | Isonomia..... | 114 |
| 4 | Regime do RDC | 115 |
| 4.1 | Necessidade de padronização: art. 7º, I, a..... | 115 |
| 4.2 | Marca ou modelo único capaz de atender exigência: art. 7º, I, b..... | 116 |
| 4.3 | Marca ou modelo como <i>standard</i> : art. 7º, I, c..... | 117 |
| 5 | Aproximação com o instituto da pré-qualificação objetiva..... | 118 |
| 6 | Considerações finais..... | 119 |

AS EXIGÊNCIAS DE AMOSTRA E DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| Maria Augusta Rost | 121 |
| 1 Introdução..... | 121 |
| 2 Considerações gerais sobre a amostra | 121 |
| 2.1 Previsão legal da amostra..... | 122 |
| 2.2 Momentos de exigibilidade da amostra | 122 |
| 2.2.1 A amostra no procedimento de pré-qualificação | 122 |
| 2.2.1.1 A qualificação técnica ou aceitação de bens | 123 |
| 2.2.1.2 A exigência de amostra..... | 124 |
| 2.2.2 A amostra na fase de julgamento das propostas ou de lances..... | 126 |
| 2.2.2.1 A necessidade de previsão no ato convocatório | 126 |
| 2.2.2.2 Momento de apresentação da amostra | 126 |
| 2.3 A imprescindível motivação na exigência de amostra | 128 |
| 3 Considerações gerais sobre carta de solidariedade | 129 |

| | | |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1 | Críticas à carta de solidariedade no âmbito das leis nº 8.666 e nº 10.520 | 129 |
| 3.2 | O argumento da inconstitucionalidade da carta de solidariedade no RDC | 131 |
| 3.3 | O argumento a favor da carta de solidariedade e a compatibilização com a Constituição de 1988 | 132 |
| 4 | Conclusão..... | 134 |

A EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS LICITAÇÕES E O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|
| Rafael Wallbach Schwind, Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer | 135 |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|

| | | |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | Introdução: a Lei nº 12.462/11 e o propósito de simplificação do procedimento licitatório | 135 |
| 2 | A função da certificação de qualidade: aspectos gerais | 137 |
| 3 | A exigência de certificado de qualidade nas licitações públicas e o direito positivo | 138 |
| 3.1 | Argumentos contrários às exigências de certificação em licitações | 138 |
| 3.2 | Ressalva com relação à pontuação das propostas técnicas..... | 139 |
| 3.3 | Recentes previsões legais de certificações como requisito de habilitação..... | 140 |
| 3.4 | Breve notícia do direito comparado..... | 141 |
| 3.5 | O advento da Lei nº 12.462..... | 141 |
| 4 | A exegese do art. 7º, III, da Lei nº 12.462 | 141 |
| 4.1 | A previsão da certificação no ato convocatório..... | 141 |
| 4.2 | As finalidades da certificação e a sua apresentação no processo licitatório | 143 |
| 4.3 | As entidades aptas à expedição da certificação | 143 |
| 5 | Conclusões..... | 144 |

OS REGIMES ADMITIDOS PELA LEI Nº 12.462 PARA A EXECUÇÃO INDIRETA DE OBRAS E SERVIÇOS

| | |
|-------------------------------------------|------------|
| Diogo Albaneze Gomes Ribeiro | 147 |
|-------------------------------------------|------------|

| | | |
|-----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | Introdução..... | 147 |
| 2 | Os regimes admitidos para a execução indireta de obras e serviços | 148 |
| 3 | A possibilidade de subcontratação de parte da obra ou serviço de engenharia | 151 |
| 4 | Meios de se aferir a economicidade das propostas | 151 |
| 4.1 | A forma de demonstração dos custos a serem apresentados pelos licitantes..... | 153 |
| 4.2 | A forma de demonstração dos custos unitários no regime de empreitada por preço unitário ou contratação por tarefa..... | 154 |
| 4.3 | A forma de demonstração dos custos unitários no regime de empreitada por preço global ou empreitada integral..... | 155 |
| 5 | Os riscos assumidos pelos particulares na execução indireta | 155 |

A CONTRATAÇÃO INTEGRADA NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|---------------------------------------------------|------------|
| Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer | 157 |
|---------------------------------------------------|------------|

| | | |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | Introdução..... | 157 |
| 2 | Características e pressupostos de adoção do regime de contratação integrada..... | 157 |
| 2.1 | A identificação da contratação integrada: características básicas..... | 157 |
| 2.2 | A elaboração do projeto básico pelo particular no direito brasileiro | 158 |

| | | |
|-----|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.3 | A contratação de encargos heterogêneos | 159 |
| 2.4 | Pressupostos de adoção do regime de contratação integrada | 160 |
| 3 | Peculiaridades da licitação: a definição do objeto licitado e a análise das propostas..... | 162 |
| 3.1 | A questão do planejamento da licitação e do futuro contrato | 162 |
| 3.2 | A caracterização do projeto básico e as funções por ele desempenhadas..... | 162 |
| 3.3 | A questão da dispensa do projeto básico e as consequências decorrentes..... | 163 |
| 3.4 | O anteprojeto de engenharia..... | 164 |
| 3.5 | A ênfase no controle sobre os fins e resultados a serem atendidos na execução do contrato..... | 166 |
| 3.6 | O conteúdo das propostas..... | 166 |
| 3.7 | O julgamento das propostas | 167 |
| 4 | Peculiaridades da contratação | 169 |
| 4.1 | Ainda a questão dos riscos e a autonomia do particular..... | 169 |
| 4.2 | A questão do aditamento do contrato | 169 |
| 4.3 | As hipóteses de caso fortuito ou de força maior..... | 170 |
| 4.4 | A revisão de falhas nos projetos e as alterações por iniciativa do particular..... | 170 |
| 4.5 | As alterações contratuais promovidas por iniciativa da Administração..... | 171 |
| 5 | Considerações finais..... | 173 |

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E CONTRATOS DE EFICIÊNCIA NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Rafael Wallbach Schwind..... | 175 |
| 1 | Introdução..... |
| 2 | A viabilidade jurídica da remuneração atrelada ao desempenho..... |
| 2.1 | A vinculação da remuneração a um resultado incerto..... |
| 2.2 | A possibilidade de adoção da solução nas contratações públicas..... |
| 2.3 | A experiência da remuneração vinculada ao desempenho e o seu reconhecimento jurisprudencial |
| 3 | A remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado no âmbito do RDC..... |
| 3.1 | A remuneração variável como mecanismo de função promocional do direito..... |
| 3.2 | A questão da qualidade |
| 3.3 | Cabimento..... |
| 3.4 | Critérios de definição da remuneração variável |
| 3.4.1 | A remuneração variável como mecanismo de função regulatória dos contratos administrativos |
| 3.4.2 | Previsão de metas |
| 3.4.3 | Padrões de qualidade..... |
| 3.4.4 | Critérios de sustentabilidade ambiental..... |
| 3.4.5 | Prazo de entrega |
| 3.5 | Dever de estabelecer critérios úteis e relevantes..... |
| 3.6 | A questão dos ganhos proporcionados pela própria Administração |
| 3.7 | A proporcionalidade da remuneração ao benefício gerado para a Administração |
| 3.8 | Dever de clareza e objetividade na definição dos critérios..... |
| 3.9 | Responsabilidade pela fixação dos critérios..... |
| 3.10 | Dever de motivação..... |

| | | |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.11 | Respeito ao limite orçamentário..... | 189 |
| 3.12 | A observância do conteúdo dos projetos..... | 190 |
| 3.13 | A questão da alteração contratual..... | 190 |
| 3.14 | A questão da força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da Administração | 191 |
| 4 | Os contratos de eficiência no âmbito do RDC | 191 |
| 4.1 | A sistemática do contrato de eficiência..... | 191 |
| 4.2 | Objeto | 192 |
| 4.3 | Objetivo | 192 |
| 4.4 | Sistemática da remuneração | 193 |
| 4.5 | Propostas de trabalho e de preço | 194 |
| 4.6 | Identificação do maior retorno econômico | 195 |
| 4.7 | Consequências do não atingimento da economia prevista | 195 |
| 4.8 | Ainda a questão da força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da Administração..... | 196 |
| 5 | Conclusão..... | 196 |

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DA LEI Nº 12.462: LICITAÇÕES EM FORMA ELETRÔNICA E OS MÉTODOS DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

| | | |
|-----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Cesar A. Guimarães Pereira | | 199 |
| 1 | Normas gerais sobre um procedimento autônomo..... | 199 |
| 2 | Licitação em forma eletrônica ou presencial | 200 |
| 2.1 | A previsão legal genérica..... | 200 |
| 2.2 | Desvinculação aos procedimentos anteriormente existentes..... | 201 |
| 2.3 | Os limites do regulamento | 202 |
| 2.4 | Aplicação da legislação suplementar local | 202 |
| 2.5 | A preferência pela forma eletrônica..... | 203 |
| 2.6 | A questão da segurança | 203 |
| 2.7 | As soluções adotadas pelo Decreto nº 7.581 | 204 |
| 2.7.1 | O credenciamento prévio | 204 |
| 2.7.2 | Declarações necessárias | 204 |
| 2.7.3 | Adaptações procedimentais..... | 205 |
| 2.7.4 | Algumas regras do Decreto nº 5.450 aplicáveis ao procedimento eletrônico | 205 |
| 3 | Requisitos de publicidade | 206 |
| 3.1 | A forma da publicação | 206 |
| 3.2 | A forma de publicação segundo o Decreto nº 7.581 | 207 |
| 3.3 | As licitações de pequeno valor | 207 |
| 3.4 | A reabertura de prazos no caso de modificação do ato convocatório..... | 208 |
| 3.5 | Os prazos e sua contagem | 208 |
| 4 | Os modos de disputa aberto e fechado | 208 |
| 4.1 | O papel do regulamento..... | 209 |
| 4.2 | Declarações e credenciamento..... | 209 |
| 4.3 | O modo de disputa aberto..... | 210 |
| 4.3.1 | Dificuldades práticas do sistema de disputa aberta..... | 210 |
| 4.3.2 | O procedimento | 210 |
| 4.3.3 | A apresentação de lances intermediários..... | 212 |
| 4.3.4 | A invalidade ou interpretação conforme do art. 19, III, do Decreto nº 7.581..... | 213 |

| | | |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.4 | A dificuldade de aplicação do método aberto ou da combinação entre eles quando a licitação não é do tipo “menor preço” ou equivalente..... | 215 |
| 4.5 | A necessidade de reapresentação das planilhas alteradas após a disputa de lances..... | 215 |
| 4.6 | A disputa fechada..... | 216 |
| 4.7 | A combinação entre os métodos aberto e fechado..... | 216 |

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E A FASE DE HABILITAÇÃO NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mônica Bandeira de Mello Lefèvre | 219 |
| 1 Introdução..... | 219 |
| 2 Etapas do procedimento licitatório desenvolvido em conformidade com o RDC: inversão da sistemática tradicional..... | 220 |
| 3 Alterações na fase de habilitação: art. 14 da Lei nº 12.462..... | 223 |
| 4 Considerações finais..... | 228 |

CONSÓRCIOS DE LICITANTES

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Marçal Justen Filho | 231 |
| 1 O consórcio | 231 |
| 2 A admissão da participação de consórcios | 231 |
| 3 A questão dos somatórios..... | 232 |
| 3.1 O somatório como solução para atender requisitos de habilitação..... | 232 |
| 3.1.1 A associação para preenchimento dos requisitos de participação | 232 |
| 3.1.2 Consórcio e gerência de recursos e riscos | 232 |
| 3.2 A avaliação dos requisitos de habilitação em face do consórcio | 233 |
| 3.2.1 O somatório como inerente ao consorciamento..... | 233 |
| 3.2.2 A distinção entre requisitos “absolutos” e “relativos” | 233 |
| 3.3 A admissão do somatório ilimitado da qualificação técnica | 234 |
| 3.4 A questão do somatório na qualificação econômico-financeira..... | 234 |
| 3.4.1 A inovação do Regulamento | 234 |
| 3.4.2 Requisitos absolutos e requisitos relativos | 235 |
| 3.5 O equívoco anterior e o equívoco do Regulamento | 235 |
| 3.6 Os índices calculados a partir de “valores” | 236 |
| 3.7 A não configuração de requisito absoluto..... | 236 |
| 4 A substituição do consorciado | 237 |
| 5 A fixação de limite máximo de consorciados | 238 |

OS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO PREVISTOS NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Alexandre Wagner Nester | 239 |
| 1 Introdução..... | 239 |
| 2 Critérios de julgamento e “tipos” de licitação..... | 240 |
| 3 O RDC como uma nova “modalidade” de licitação..... | 241 |
| 4 Necessidade de previsão expressa no ato convocatório e impossibilidade de criação de critérios diversos dos expressamente relacionados em lei..... | 241 |
| 5 Reafirmação do princípio do julgamento objetivo..... | 242 |

| | | |
|----|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6 | Vedação às vantagens não previstas no edital | 243 |
| 7 | Ausência de definição legal para dos diferentes critérios de julgamento | 244 |
| 8 | O critério do <i>menor dispêndio</i> : menor preço ou maior desconto..... | 244 |
| 9 | O critério de técnica e preço..... | 246 |
| 10 | O critério da melhor técnica ou conteúdo artístico..... | 249 |
| 11 | O critério da maior oferta de preço..... | 252 |
| 12 | O critério do maior retorno econômico..... | 253 |
| 13 | Conclusão..... | 254 |

A DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E O ENCERRAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NO RDC: A POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DE VÍCIOS SANÁVEIS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Aline Lícia Klein | 255 |
| 1 Introdução..... | 255 |
| 2 Regras sobre a aceitabilidade das propostas | 255 |
| 3 Desclassificação das propostas por vícios de desconformidade | 256 |
| 4 Desclassificação das propostas por defeitos de preço..... | 256 |
| 4.1 Desclassificação das propostas com preços inexequíveis | 257 |
| 4.1.1 Os critérios de aferição da exequibilidade no RDC..... | 257 |
| 4.1.2 O procedimento para a aferição da exequibilidade..... | 259 |
| 4.2 Desclassificação das propostas com valor acima do orçamento estimado | 260 |
| 4.3 Procedimento a ser observado para a desclassificação das propostas..... | 262 |
| 5 Regras sobre o encerramento do procedimento licitatório..... | 263 |
| 6 A diretriz geral de correção dos vícios sanáveis e de aproveitamento dos atos não viciados | 265 |
| 6.1 A disciplina das nulidades na legislação específica..... | 265 |
| 6.2 Alguns delineamentos para a definição de defeitos supríveis..... | 266 |
| 7 A revogação da licitação | 268 |
| 8 O procedimento para anulação ou revogação da licitação..... | 270 |

CRITÉRIOS DE DESEMPATE E PREFERÊNCIAS NO RDC

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| Rodrigo Goulart de Freitas Pombo | 271 |
| 1 Introdução..... | 271 |
| 2 Preferências e desempate no regime geral..... | 272 |
| 2.1 Os critérios baseados em preferências..... | 272 |
| 2.2 O último critério: sorteio..... | 272 |
| 3 Os critérios de desempate no RDC (art. 25 da Lei nº 12.462) | 273 |
| 3.1 A preferência em favor das ME e EPP (art. 25, parágrafo único) | 274 |
| 3.2 A disputa final (art. 25, I)..... | 275 |
| 3.3 A avaliação do desempenho contratual prévio (art. 25, II)..... | 276 |
| 3.4 Preferências estabelecidas na legislação (art. 25, III) | 277 |
| 3.5 Sorteio (art. 25, IV)..... | 278 |
| 4 A afirmação da incidência das preferências legais (art. 38)..... | 279 |
| 5 Conclusão..... | 280 |

A NEGOCIAÇÃO DE CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Marçal Justen Neto | 283 |
| 1 As negociações previstas no Regime Diferenciado de Contratações Públicas | 283 |
| 2 A possibilidade de modificação da proposta | 283 |
| 2.1 A modificação da proposta e os princípios da licitação | 283 |
| 2.1.1 Princípio da vantajosidade | 284 |
| 2.1.2 Princípio da isonomia | 284 |
| 2.1.3 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório | 285 |
| 2.1.4 Síntese | 285 |
| 2.2 A modificação das propostas no âmbito do pregão | 285 |
| 2.3 Os mecanismos de negociação até então existentes | 286 |
| 3 A disciplina complementar | 287 |
| 4 As vantagens e desvantagens associadas à negociação | 287 |
| 4.1 Os potenciais benefícios | 288 |
| 4.2 Os riscos associados ao mecanismo da negociação | 289 |
| 5 As duas negociações do RDC | 290 |
| 5.1 A negociação como etapa da fase de julgamento | 290 |
| 5.2 A ilegalidade da primeira parte do §1º do art. 43 do Regulamento | 291 |
| 5.3 A negociação como etapa da fase de encerramento | 292 |
| 6 Adoção da negociação: faculdade ou obrigação? | 293 |
| 7 A negociação e a forma da licitação | 294 |
| 8 A negociação conforme o modo de disputa | 294 |
| 9 A negociação conforme o critério de julgamento | 295 |
| 10 O conteúdo da negociação: “condições mais vantajosas” | 295 |
| 10.1 A modificação do preço | 295 |
| 10.2 A modificação de outras condições da proposta | 296 |
| 10.3 O dever de planejamento | 297 |
| 10.4 Síntese: modificação que não afete a formulação das propostas | 298 |
| 11 A negociação com os demais licitantes | 299 |
| 12 A negociação propriamente dita | 300 |
| 12.1 Os incentivos para o particular modificar a proposta | 300 |
| 12.2 A concordância do particular em modificar a proposta | 302 |
| 12.3 A recusa do particular em modificar a proposta | 302 |
| 12.4 O cabimento de recurso em face da negociação | 303 |
| 13 Conclusão | 304 |

O SISTEMA RECURSAL PREVISTO PELO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| William Romero | 305 |
| 1 Introdução | 305 |
| 2 As peculiaridades do RDC em relação à sistemática recursal das licitações | 305 |
| 2.1 A fase recursal única | 305 |
| 2.2 A inversão de fases no RDC e o estabelecimento de fases recursais em dois momentos distintos | 307 |
| 2.3 O efeito suspensivo dos recursos no âmbito do RDC | 308 |

| | | |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4 | O prazo para decisão do recurso..... | 310 |
| 2.5 | A necessidade de manifestar intenção em recorrer e o momento adequado para interposição do recurso..... | 310 |
| 2.6 | As demais decisões que podem ensejar a interposição de recurso | 312 |
| 2.7 | A possibilidade de se formular representação à autoridade superior..... | 314 |
| 3 | A impugnação ao edital e os pedidos de esclarecimentos..... | 315 |
| 3.1 | A diferenciação de prazos de acordo com o objeto da licitação..... | 315 |
| 3.2 | A legitimação dos cidadãos para formular impugnação e pedir esclarecimentos e a sua vinculação ao instrumento convocatório | 316 |
| 4 | Conclusão..... | 316 |

PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E A PRÉ-QUALIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------|------------|
| Marçal Justen Filho..... | | 319 |
| 1 | Considerações gerais..... | 319 |
| 2 | Os diversos procedimentos auxiliares das licitações..... | 319 |
| 2.1 | O desenvolvimento de procedimento administrativo autônomo | 319 |
| 2.2 | A natureza auxiliar do procedimento..... | 320 |
| 2.3 | As características comuns..... | 320 |
| 2.3.1 | As vantagens indiretas..... | 320 |
| 2.3.2 | Eventuais desvantagens..... | 321 |
| 2.4 | A vedação à cartelização das contratações..... | 321 |
| 3 | A “pré-qualificação permanente” | 321 |
| 3.1 | As duas modalidades de pré-qualificação | 321 |
| 3.2 | A identificação do instituto | 322 |
| 3.2.1 | A conceituação da pré-qualificação..... | 322 |
| 3.2.2 | A dupla eficácia da pré-qualificação | 322 |
| 3.2.3 | A amplitude da pré-qualificação | 322 |
| 3.3 | A natureza decisória da pré-qualificação | 323 |
| 3.3.1 | A distinção entre o cadastro e a pré-qualificação objetiva..... | 323 |
| 3.3.2 | A distinção entre o cadastramento e a pré-qualificação subjetiva | 323 |
| 3.3.3 | A conjugação do cadastramento com a pré-qualificação subjetiva | 323 |
| 4 | A utilidade da pré-qualificação | 324 |
| 5 | As atividades necessárias à pré-qualificação..... | 324 |
| 5.1 | Pré-qualificação subjetiva: segurança e competitividade | 324 |
| 5.1.1 | Licitação e competição entre particulares | 325 |
| 5.1.2 | Amplitude da disputa e participação de sujeitos inidôneos | 325 |
| 5.1.3 | A tensão entre competição e segurança..... | 325 |
| 5.1.4 | O risco inerente à contratação..... | 325 |
| 5.1.5 | A utilidade da pré-qualificação subjetiva..... | 326 |
| 5.2 | Pré-qualificação objetiva: qualidade mínima do produto | 326 |
| 5.2.1 | A redução da qualidade do objeto | 326 |
| 5.2.2 | A qualidade mínima exigível..... | 326 |
| 5.2.3 | A determinação do custo mínimo | 327 |
| 5.2.4 | Os mecanismos licitatórios centrados na redução do preço | 327 |
| 5.2.5 | A solução: atributos de qualidade mínima do produto..... | 327 |

| | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.6 | A utilidade da pré-qualificação objetiva..... | 328 |
| 5.3 | A relação entre os dois problemas examinados | 328 |
| 5.4 | As soluções formalistas para os problemas | 328 |
| 5.5 | A solução de conteúdo: a verificação da situação real | 329 |
| 6 | A pré-qualificação permanente subjetiva..... | 329 |
| 6.1 | A avaliação de requisitos de habilitação específicos | 329 |
| 6.2 | A pré-qualificação do art. 114 da Lei nº 8.666..... | 329 |
| 6.3 | A utilidade diferenciada: a qualificação técnica..... | 330 |
| 6.4 | A exigência de informações específicas | 330 |
| 6.5 | A pré-qualificação total ou parcial | 330 |
| 6.6 | Os grupos ou segmentos de fornecedores | 331 |
| 7 | A pré-qualificação permanente objetiva..... | 331 |
| 7.1 | A questão das amostras | 331 |
| 7.2 | A insuficiência do exame de amostras..... | 332 |
| 7.3 | A solução da pré-qualificação objetiva | 332 |
| 7.4 | A pré-qualificação objetiva sem exame de amostras | 332 |
| 7.5 | A regra explícita sobre amostras | 333 |
| 7.6 | O fornecimento anterior não satisfatório | 334 |
| 7.7 | A eventual inconveniência da pré-qualificação objetiva..... | 334 |
| 8 | A restrição da participação aos pré-qualificados | 334 |
| 8.1 | A configuração de ônus próprios e impróprios | 335 |
| 8.2 | A ausência de dever jurídico de pré-qualificação | 335 |
| 8.3 | As vantagens para a Administração Pública | 335 |
| 8.4 | A pré-qualificação e a inexigibilidade de licitação..... | 336 |
| 9 | A disponibilidade permanente..... | 336 |
| 10 | O desvio e abuso na pré-qualificação | 337 |
| 10.1 | O acesso permanente à pré-qualificação | 337 |
| 10.2 | A vedação à exigência excessiva ou inadequada | 337 |
| 10.3 | Os riscos da pré-qualificação | 338 |
| 10.4 | Ainda a questão da pluralidade de categorias..... | 338 |
| 11 | O procedimento da pré-qualificação | 339 |
| 11.1 | A convocação pela Administração Pública | 339 |
| 11.2 | A iniciativa do interessado | 339 |
| 11.3 | Os requisitos predeterminados de cunho objetivo | 339 |
| 11.4 | A observância do devido procedimento | 339 |
| 11.5 | A participação de terceiros | 340 |
| 11.6 | O cabimento de recurso | 340 |
| 12 | A licitação restrita aos pré-qualificados..... | 340 |
| 12.1 | A decisão devidamente justificada..... | 340 |
| 12.2 | A anterioridade e as soluções do Regulamento | 340 |
| 12.2.1 | A previsão na convocação para a pré-qualificação | 341 |
| 12.2.2 | A estimativa de quantitativos e de prazos para a licitação..... | 341 |
| 12.2.3 | A pré-qualificação total..... | 342 |
| 12.3 | As formalidades adicionais..... | 342 |
| 12.4 | O argumento da inconstitucionalidade..... | 342 |

| | | |
|------|--------------------------------------------------------------|-----|
| 13 | O “certificado de pré-qualificação” | 343 |
| 14 | A manutenção da atualidade dos dados | 343 |
| 14.1 | A questão da temporariedade da pré-qualificação..... | 343 |
| 14.2 | O dever de comunicar eventos posteriores..... | 344 |
| 15 | A extinção da pré-qualificação..... | 344 |
| 15.1 | A extinção da pré-qualificação por fato superveniente..... | 344 |
| 15.2 | A extinção da pré-qualificação com cunho sancionatório | 344 |
| 15.3 | A extinção da pré-qualificação..... | 344 |
| 15.4 | A renovabilidade da pré-qualificação..... | 345 |
| 16 | O risco da elevação de preços | 345 |

CADASTRAMENTO

| | |
|----------------------------------------------------------------|-----|
| Marçal Justen Filho | 347 |
| 1 Noções gerais | 347 |
| 1.1 Definição | 347 |
| 1.2 Amplitude..... | 347 |
| 1.2.1 Os requisitos de habilitação absolutos | 348 |
| 1.2.2 Os requisitos de habilitação relativos | 348 |
| 1.2.3 A duas categorias de requisitos e o cadastramento | 348 |
| 1.3 A dificuldade de cadastramento “integral” | 349 |
| 1.4 A disciplina da regularidade fiscal..... | 349 |
| 2 O Certificado de Registro Cadastral (CRC) | 349 |
| 3 Obrigatoriedade e não obrigatoriedade do cadastramento | 349 |
| 4 Cadastramento espontâneo e de ofício..... | 350 |
| 5 Atos de natureza decisória e seu regime jurídico | 350 |
| 6 A aplicação subsidiária das regras da Lei nº 8.666 | 351 |

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO AO RDC

| | |
|--------------------------------------------------------------------|-----|
| Marçal Justen Filho | 353 |
| 1 Considerações gerais..... | 353 |
| 1.1 Definição | 353 |
| 1.2 A natureza normativa do “Sistema” | 353 |
| 1.3 A “ata de registro de preços” | 354 |
| 1.4 A posição jurídica das partes | 354 |
| 1.5 As vantagens do SRP..... | 354 |
| 1.5.1 A redução da burocracia: realização de licitação única | 354 |
| 1.5.2 A possibilidade de contratação imediata | 355 |
| 1.5.3 A conjugação de necessidades comuns | 355 |
| 1.5.4 A variação de quantitativos..... | 355 |
| 1.6 As desvantagens do SRP..... | 355 |
| 1.6.1 A perda da economia de escala | 356 |
| 1.6.2 A obsolescência dos dados | 356 |
| 1.6.3 A ausência de adequação do objeto | 357 |
| 2 A remessa a considerações anteriores..... | 357 |

| | | |
|-------|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3 | A consagração legislativa do “carona” | 358 |
| 3.1 | A exposição do problema | 358 |
| 3.1.1 | O SRP e a participação de uma pluralidade de órgãos distintos..... | 358 |
| 3.1.2 | A adesão superveniente: o “carona” | 358 |
| 3.2 | A previsão legislativa do “carona” | 358 |
| 3.2.1 | A necessidade de autorização legislativa | 359 |
| 3.2.2 | A autorização legislativa para o carona no RDC..... | 359 |
| 3.3 | A disciplina do “carona” no Regulamento | 359 |
| 3.3.1 | A ausência de obrigatoriedade de fornecimento | 359 |
| 3.3.2 | A fixação de limites totais globais e individuais | 359 |
| 3.3.3 | A consulta ao órgão gerenciador..... | 360 |
| 3.3.4 | O prazo para efetivação da contratação | 360 |
| 3.4 | Ainda as razões de crítica..... | 361 |
| 4 | Algumas inovações previstas no Regulamento | 361 |
| 4.1 | O modo de disputa..... | 361 |
| 4.2 | A questão da previsão orçamentária | 362 |
| 4.3 | A redução de preços posterior ao encerramento da fase competitiva | 362 |
| 4.4 | O prazo de validade da ata | 362 |
| 4.5 | O prazo de vigência dos contratos derivados | 362 |
| 4.6 | A vedação a acréscimos de quantitativos..... | 362 |
| 4.7 | A questão das esferas federativas..... | 363 |
| 4.8 | A confusão terminológica..... | 363 |
| 4.9 | Ainda a questão de suspensão do direito de licitar e de inidoneidade | 363 |

CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

| | |
|---------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Marçal Justen Filho..... | 365 |
| 1 | Considerações gerais..... |
| 1.1 | Os problemas existentes |
| 1.2 | A solução adotada |
| 1.3 | A existência de atos administrativos de natureza decisória..... |
| 1.4 | A dissociação de competências..... |
| 2 | O objeto da padronização..... |
| 2.1 | A disciplina legal |
| 2.2 | A disciplina do Regulamento..... |
| 2.3 | A padronização para licitações de menor desembolso |
| 3 | O procedimento para a padronização do objeto |
| 3.1 | Padronização sem restrição da competição |
| 3.2 | Padronização com restrição da competição |
| 4 | O procedimento para a padronização de atos administrativos |
| 5 | A questão da eficácia vinculante |

COMISSÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DIRETA E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA LICITAR E CONTRATAR NO RDC

| | |
|---------------------------------|---------------------------------------------|
| Marçal Justen Neto | 369 |
| 1 | Introdução..... |
| 2 | A incidência de normas da Lei nº 8.666..... |

| | | |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3 | Comissão de licitação..... | 370 |
| 3.1 | Comissão de licitação e comissão de procedimentos auxiliares..... | 370 |
| 3.2 | As espécies: comissão permanente ou especial..... | 370 |
| 3.2.1 | A comissão especial artística..... | 370 |
| 3.3 | Composição..... | 371 |
| 3.4 | Competências..... | 372 |
| 3.5 | A atuação da comissão na licitação eletrônica..... | 373 |
| 3.6 | A responsabilização dos membros..... | 373 |
| 3.7 | A vedação ao licitante vinculado a membro da comissão de licitação..... | 373 |
| 4 | Dispensa e inexigibilidade de licitação..... | 374 |
| 4.1 | Regime contratual próprio da Lei nº 12.462..... | 374 |
| 4.2 | A justificativa de adoção do RDC..... | 374 |
| 4.3 | As hipóteses de dispensa de licitação..... | 375 |
| 4.3.1 | A dispensa para contratação de remanescente..... | 375 |
| 4.3.2 | A dispensa por situação emergencial..... | 376 |
| 4.4 | As hipóteses de inexigibilidade de licitação..... | 377 |
| 4.4.1 | A questão da indicação de marca..... | 377 |
| 4.4.2 | A questão dos contratos de natureza artística..... | 378 |
| 4.4.3 | Inexigibilidade e regimes contratuais específicos..... | 380 |
| 4.5 | Impedimento para a contratação direta em caso de vínculo familiar..... | 380 |
| 5 | Condições específicas para a participação nas licitações e para a contratação..... | 380 |
| 5.1 | Vedações à participação dos responsáveis pelos projetos..... | 380 |
| 5.1.1 | A questão da participação na execução do contrato..... | 381 |
| 5.1.2 | O vínculo com o autor do projeto..... | 382 |
| 5.1.3 | A elaboração do projeto executivo no âmbito do contrato..... | 382 |
| 5.1.4 | A questão da contratação integrada..... | 382 |
| 5.1.5 | Ainda a contratação integrada: o anteprojeto de engenharia..... | 383 |
| 5.2 | Vedação à participação de servidores do órgão responsável pela licitação..... | 384 |
| 5.3 | Vedação ao nepotismo..... | 384 |
| 5.3.1 | O defeito redacional..... | 384 |
| 5.3.2 | As regras antinepotismo já existentes no ordenamento jurídico..... | 384 |
| 5.3.3 | A presunção absoluta..... | 385 |
| 5.3.4 | A vedação à contratação direta..... | 386 |
| 5.3.5 | Vínculo com agentes estatais dotados de atribuição diferenciada..... | 386 |
| 5.3.6 | Casos análogos..... | 387 |
| 5.3.7 | A questão dos cônjuges e companheiros..... | 387 |

A CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES

| | |
|---------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Fernão Justen de Oliveira..... | 391 |
| 1 | Introdução..... |
| 1.1 | A alteração do regime de licitações pela Lei do RDC..... |
| 1.2 | Extensão do RDC para obras do PAC e dos sistemas públicos de ensino e saúde..... |
| 1.3 | A busca da celeridade e da eficiência na contratação pública..... |
| 2 | O regime da Lei nº 8.666 sobre a recusa pelo licitante vencedor..... |
| 2.1 | Os comandos do art. 64, <i>caput</i> e parágrafos, da Lei nº 8.666..... |

| | | |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.2 | As condições da Lei nº 8.666 para convocação dos remanescentes..... | 394 |
| 2.3 | A proposta vencedora como parâmetro da convocação dos remanescentes..... | 394 |
| 2.4 | Efeitos da recusa de contratar..... | 394 |
| 2.4.1 | Aplicação compulsória do art. 81 da Lei nº 8.666 | 394 |
| 2.4.2 | Exigência do prévio processo administrativo | 395 |
| 2.4.3 | A recusa injustificada pelo licitante remanescente | 395 |
| 2.4.4 | A recusa injustificada pelo licitante vencedor | 395 |
| 3 | A disciplina da Lei do RDC sobre a convocação dos remanescentes..... | 396 |
| 3.1 | Panorama do art. 40 da Lei do RDC | 396 |
| 3.2 | A distinção fundamental entre o regime da Lei nº 8.666 e a Lei do RDC..... | 396 |
| 3.3 | A prorrogação do prazo para contratar..... | 397 |
| 3.4 | O prazo de validade das propostas..... | 397 |
| 4 | O conteúdo do art. 40, <i>caput</i> | 398 |
| 4.1 | Ausência de facultatividade típica..... | 398 |
| 4.2 | As três possíveis condutas omissivas do licitante vencedor | 398 |
| 5 | A revogação da licitação: art. 40, I..... | 398 |
| 5.1 | A amplitude das sanções pertinentes à recusa de contratar | 399 |
| 5.2 | A ausência de subsidiariedade entre as opções da Administração..... | 399 |
| 5.3 | O dever de instaurar o devido processo legal | 399 |
| 5.4 | A indenização dos particulares afetados pela revogação | 400 |
| 6 | A aceitação de executar a proposta vencedora: art. 40, II | 400 |
| 6.1 | A atualização monetária das propostas..... | 400 |
| 6.1.1 | Irrelevância da ausência de regra expressa..... | 400 |
| 6.1.2 | A adequação da atualização de-ofício | 401 |
| 6.2 | Os procedimentos para a convocação dos licitantes remanescentes | 401 |
| 6.2.1 | A convocação para executar a proposta vencedora..... | 401 |
| 6.2.2 | A renovação da oportunidade para revogar a licitação | 402 |
| 6.3 | O direito subjetivo de cada remanescente de ser convocado..... | 402 |
| 6.4 | A execução do contrato conforme proposta alheia..... | 403 |
| 6.4.1 | A investidura na posição jurídica do licitante vencedor..... | 403 |
| 6.4.2 | A situação da proposta vencedora cotada com fornecedores particulares | 403 |
| 6.4.3 | A responsabilidade do licitante remanescente perante a Administração | 403 |
| 7 | A prevalência de proposta derrotada: art. 40, parágrafo único | 404 |
| 7.1 | A segunda convocação dos licitantes remanescentes..... | 404 |
| 7.1.1 | A adoção da proposta de licitante remanescente..... | 404 |
| 7.1.2 | A ampliação da utilidade da licitação..... | 404 |
| 7.2 | Os procedimentos para a segunda convocação dos remanescentes | 404 |
| 7.3 | Uma cogitação acerca da teoria do leilão | 405 |
| 7.4 | O relativo desestímulo à revogação da licitação | 406 |
| 7.5 | Ausência de previsão sobre atualização de preços..... | 406 |
| 8 | As sanções decorrentes da recusa injustificada de contratar | 406 |
| 8.1 | Impedimento de licitar, multas e descredenciamento amplo | 406 |
| 8.2 | Aplicação extensiva do regime punitivo da Lei nº 8.666 | 407 |
| 9 | Conclusão..... | 407 |

RESCISÃO DO CONTRATO E EXECUÇÃO DA PARCELA RESTANTE

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fernão Justen de Oliveira | 409 |
| 1 Introdução..... | 409 |
| 2 O art. 41 da Lei nº 12.462 | 409 |
| 2.1 Rescisão do contrato e recusa de contratar | 409 |
| 2.2 Adstrição ao limite do orçamento da Administração | 410 |
| 3 A disciplina do art. 24, XI, da Lei nº 8.666 | 410 |
| 3.1 A execução da parcela restante do objeto em contrato rescindido..... | 410 |
| 3.2 A baixa atratividade do saldo de contrato rescindido | 410 |
| 4 O descarte direto da proposta vencedora | 411 |
| 4.1 Execução do saldo contratual conforme proposta derrotada | 411 |
| 4.2 Os requisitos da convocação para executar remanescente de obra..... | 411 |
| 4.3 A atualização monetária das propostas..... | 412 |
| 5 As modalidades de rescisão do contrato administrativo..... | 412 |
| 5.1 A rescisão como pressuposto da convocação para executar a parcela remanescente ... | 412 |
| 5.2 A rescisão judicial | 412 |
| 5.3 A rescisão amigável | 413 |
| 5.4 A rescisão unilateral | 413 |
| 6 A necessidade do prévio devido processo administrativo | 414 |
| 6.1 A ineficácia da rescisão não resultante de processo administrativo | 414 |
| 6.2 A Lei nº 9.748 sobre o processo administrativo federal | 414 |
| 6.3 A fase deflagratória | 414 |
| 6.4 A fase instrutória..... | 415 |
| 6.5 A fase decisória | 415 |
| 6.6 A fase recursal | 415 |
| 7 Conclusão..... | 416 |

A RENOVAÇÃO DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fernão Justen de Oliveira | 417 |
| 1 Introdução..... | 417 |
| 2 O art. 43 da Lei nº 12.462 | 417 |
| 3 Inaplicabilidade do art. 43 aos contratos do PAC e sistemas públicos de ensino e saúde..... | 418 |
| 3.1 A disposição da Lei nº 12.688 sobre o RDC..... | 418 |
| 3.2 A disposição da Lei nº 12.722 sobre o RDC..... | 418 |
| 3.3 A disposição da Lei nº 12.745 sobre o RDC..... | 418 |
| 4 Natureza jurídica da Autoridade Pública Olímpica (APO) | 418 |
| 5 A renovação dos contratos de prestação continuada: o art. 57, II, da Lei nº 8.666..... | 419 |
| 5.1 Os contratos de prestação continuada..... | 419 |
| 5.2 A vigência máxima dos contratos administrativos comuns..... | 419 |
| 6 Ampliação pelo RDC do limite para renovar contratos de serviços contínuos..... | 419 |
| 6.1 Prorrogação e renovação | 419 |
| 6.2 Períodos de renovação limitados à existência da APO | 420 |
| 6.3 A inviabilidade da indeterminação do prazo contratual..... | 420 |

| | | |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.4 | A renovação condicionada à conveniência, oportunidade e adequação do serviço | 421 |
| 6.5 | A redação do art. 65 do Decreto nº 7.581 | 421 |
| 7 | Conclusão | 421 |

ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS NO RDC

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Aline Lícia Klein | 423 |
| 1 Introdução | 423 |
| 2 A submissão às diretrizes gerais da contratação administrativa | 424 |
| 3 A garantia do equilíbrio econômico-financeiro e a alteração dos contratos administrativos | 424 |
| 3.1 Garantia de equilíbrio econômico-financeiro | 425 |
| 3.2 Alteração dos contratos | 425 |
| 3.3 O exame independente dos institutos | 426 |
| 4 As previsões específicas da legislação do RDC | 426 |
| 4.1 A limitação de 10% do valor do contrato para alterações motivadas por falhas ou omissões dos documentos técnicos – art. 42, §4º, III, do Decreto nº 7.581 | 427 |
| 4.1.1 O art. 42, §4º, III, do Decreto nº 7.581 e o art. 127, §6º, III, da LDO 2011 | 427 |
| 4.1.2 A aplicação conjunta com as regras da Lei nº 8.666 | 428 |
| 4.1.3 O cômputo do limite de 10% nos limites previstos no art. 65 da Lei nº 8.666 | 428 |
| 4.1.4 A preservação da garantia de equilíbrio econômico-financeiro | 428 |
| 4.1.5 A eventual necessidade concreta de alterações que extrapolem o limite de 10% | 429 |
| 4.2 A alteração contratual na contratação integrada – art. 9º, §4º, da Lei nº 12.462 | 429 |
| 4.2.1 O inciso I: alteração do contrato para reequilíbrio da equação econômico-financeira | 430 |
| 4.2.1.1 Pressupostos de fato para a recomposição do equilíbrio na Lei nº 8.666 | 430 |
| 4.2.1.2 A redação restritiva do art. 9º, §4º, I, da Lei nº 12.462 | 431 |
| 4.2.1.3 O art. 37, XXI, da CF e o art. 9º, §4º, I, da Lei nº 12.462 | 432 |
| 4.2.1.4 As outras hipóteses de modificação contratual da Lei nº 8.666 e o art. 9º, §4º, I, da Lei nº 12.462 | 432 |
| 4.2.1.5 A interpretação que pode ser extraída do art. 9º, §4º, I, da Lei nº 12.462 | 433 |
| 4.2.2 O inciso II: modificação do contrato para alteração ou melhor detalhamento dos documentos técnicos | 434 |
| 4.2.2.1 A relevância das alterações de projeto nos contratos do RDC | 434 |
| 4.2.2.2 O afastamento da modificação na hipótese de erro ou omissão culposos imputáveis ao contratado | 435 |
| 4.2.2.3 A determinação da culpabilidade ou não do contratado | 436 |
| 4.2.2.4 A incidência dos limites previstos no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666 | 436 |
| 4.2.3 A interpretação a ser dada ao art. 9º, §4º, da Lei nº 12.462 | 436 |
| 5 As regras para alteração de contratos nos demais regimes de execução | 437 |
| 6 Outras regras específicas aplicáveis às alterações contratuais no RDC | 438 |
| 7 Maior clareza desejável na legislação do RDC sobre a solução a ser adotada nas hipóteses em que for vedada a modificação do contrato | 439 |
| 7.1 As soluções aplicadas no regime da Lei nº 8.666 | 439 |
| 7.2 A ausência de clareza nas regras como fator de risco | 441 |

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEI DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| Juliane Erthal de Carvalho | 443 |
| 1 Introdução..... | 443 |
| 2 A disciplina incorporada na Lei nº 12.462..... | 444 |
| 2.1 Impedimento de contratar com a Administração Pública..... | 445 |
| 2.1.1 Impedimento e declaração de inidoneidade impostos pelo TCU | 445 |
| 2.1.2 A amplitude do impedimento | 446 |
| 2.1.3 Ressarcimento dos prejuízos causados..... | 447 |
| 2.1.4 Necessidade de motivação | 447 |
| 2.2 Inexecução total ou parcial do contrato | 448 |
| 2.2.1 Inexecução e rescisão do contrato | 449 |
| 2.2.2 A necessidade de respeito ao devido processo legal | 450 |
| 2.3 O atraso na execução do objeto licitado | 451 |
| 2.4 A recusa em celebrar o contrato | 452 |
| 2.5 Impossibilidade de alteração da proposta | 454 |
| 2.6 Problemas com a documentação exigida pelo certame | 456 |
| 2.7 Fraude à licitação ou à execução do contrato | 457 |
| 2.8 O comportamento inidôneo do licitante e a fraude fiscal..... | 458 |
| 2.9 Sanção de descredenciamento | 458 |
| 3 Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666 | 459 |
| 4 Possibilidade de rescisão do contrato em execução | 460 |
| 5 Conclusão..... | 461 |

ANEXOS

| | |
|------------------------------------------------------------|-----|
| ANEXO A – LEI Nº 12.462, DE 05 DE AGOSTO DE 2011..... | 465 |
| ANEXO B – DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 | 479 |

| | |
|----------------------------|-----|
| ÍNDICE DE ASSUNTO | 495 |
| ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO | 503 |